

Startups aceleram inovação no governo



Como a transformação digital forçada pela pandemia, mudanças na legislação e uma nova geração de empresas de tecnologia estão transformando a administração pública no Brasil

Por **Monica Miglio Pedrosa**

As govtechs podem ser as principais protagonistas da inovação e da transformação digital do setor público nos próximos anos. As startups que desenvolvem aplicações para ampliar a eficiência da gestão pública são maioria nesse mercado.

Segundo a pesquisa “RegTech 2021: posicionamento estratégico”, conduzida pela KPMG com apoio do Distrito, elas representam 90,2% do total das empresas pesquisadas.

O governo, por sua vez, também tem implementado novas leis para permitir essa abertura à inovação. Três delas, sancionadas em 2021, vêm acelerando o processo: a Lei do Governo Digital, a Nova Lei de Licitações de Compras Públicas e o Marco Legal de Startups, que foram promulgadas em março, abril e junho deste ano, respectivamente.

O terceiro tripé vem dos fundos de investimento. O GovTech Fund Brasil, lançado pelas gestoras KPTL e Cedro Capital no início deste ano é o primeiro do gênero na América Latina. O plano é investir R\$ 200 milhões em três fases: na primeira, o objetivo é captar entre R\$ 40 milhões e R\$ 50 milhões ainda em 2022. As verticais de atuação do fundo para govtechs são: saúde, educação, segurança, habitação e urbanismo, infraestrutura e mobilidade, meio ambiente e defesa civil, cidades inteligentes, legal e regulatório, cidadania e gestão.



O crescimento das govtechs

De acordo com o relatório “[As Startups GovTech e o Futuro do Governo no Brasil](#)”, em 2019 existiam apenas 80 startups que vendiam de maneira consistente para governos ou atuavam em parcerias com o setor público, as chamadas govtechs. De lá para cá, esse número cresceu 68% segundo a [ABStartups](#) (Associação Brasileira de Startups), chegando a 135 no total, em 2022. Mas a estimativa é de que a nova legislação e a entrada de fundos de investimento exclusivos para o setor impulsionem o crescimento de forma acelerada nos próximos anos.

Segundo estimativas da consultoria [Public](#), o setor deve alcançar US\$ 1 trilhão no mundo até 2025. E, mesmo com números ainda incipientes, o [Brasil ocupa a sétima posição](#) em transformação digital do setor público, de acordo com o Índice de Maturidade das Govtechs de 2020, do Banco Mundial.

“Apesar de ainda haver uma certa resistência dos empreendedores para vender ao governo, ignorar esse potencial de compra é perder importantes oportunidades de negócio, já que o Estado é o maior comprador do Brasil em todas as áreas”, diz **Guilherme Dominguez**, CEO do [BrazilLab, hub de aceleração de govtechs](#). Criado em março de 2016, o BrazilLab foi o primeiro hub voltado para o setor e, além de acelerar startups, também incentiva a inovação na gestão pública, promovendo eventos que conectam as necessidades das prefeituras aos empreendedores.

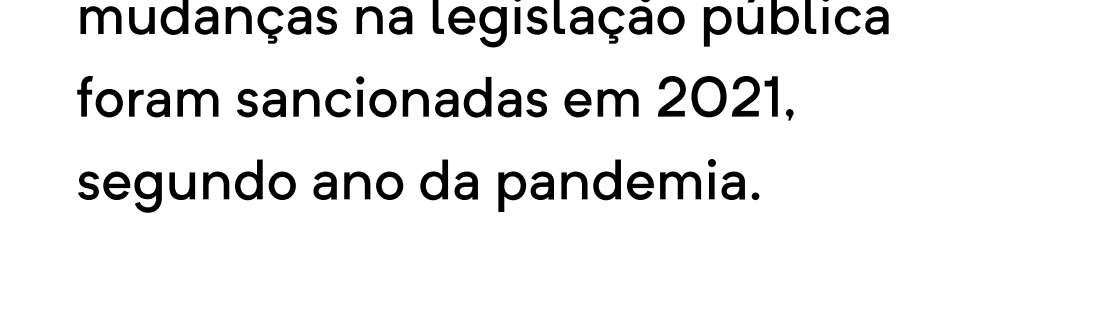
De acordo com a pesquisa “RegTech 2021” da KPMG, que ouviu 51 GovTechs, as subcategorias cidades inteligentes (23,9%), soluções para o meio ambiente (13%), alvarás e licitações (13%), e monitoramento por meio de dados (13%) são as mais atuantes. Em termos de concentração, como as demais startups de distintos segmentos, a maioria se encontra na região sudeste (47%), mas também atuam na região sul (27,5%), centro-oeste (11,8%), nordeste (9,8%) e norte (3,9%). Mais de 700 pessoas trabalham nestas startups sendo que o número médio de colaboradores em cada uma é de 16,4 pessoas. Em relação aos fundadores, a ampla maioria é do gênero masculino (91,6%).



Rachel Carmadone

CEO e fundadora da Bright Cities

Mudanças na Legislação



É inegável que a transformação digital na gestão pública tenha acelerado após a pandemia, quando a necessidade do isolamento social impulsionou diversas iniciativas para permitir a continuidade do atendimento público à população. Não por acaso, importantes mudanças na legislação pública foram sancionadas em 2021, segundo ano da pandemia.

O Marco Legal das Startups regulamenta a licitação e incentiva a contratação de soluções inovadoras pelo poder público. Além de definir o conceito de uma startup — “Art. 3º São consideradas startups as organizações empresariais, nascentes ou em operação recente, cuja atuação caracteriza-se pela inovação aplicada a modelo de negócios ou a produtos ou serviços ofertados” —, o Marco Legal estabelece que elas devem ser constituídas ou enquadradas no regime tributário Inova Simples, criado para apoiar a abertura de novas empresas.

Ele também prevê benefícios financeiros e fiscais para investidores e a criação de licitações especiais para contratação de startups por parte da gestão pública, com o objetivo de testar soluções inovadoras em caráter de teste, com vigência limitada a doze meses, prorrogável por igual período.

“Para as startups, a velocidade é um fator importante. Por isso, eliminar essas barreiras de contratação são essenciais para a entrada de novos empreendedores”, acredita **Fabiano Nagamatsu**, da aceleradora Osten Moove.

Já a Nova Lei de Licitação de Compras Públicas, promulgada em abril de 2021, trouxe como principal mudança a obrigatoriedade da transição das licitações presenciais para o modelo eletrônico. O [Portal de Compras Públicas](#) — govtech fundada em 2016 por Leonardo e Bruno Ladeira, que disponibiliza uma plataforma transacional que permite às prefeituras realizar seus pregões eletrônicos a custo zero — viu seu negócio escalar de 300 municípios em 2019 para 2.400 em 2022.

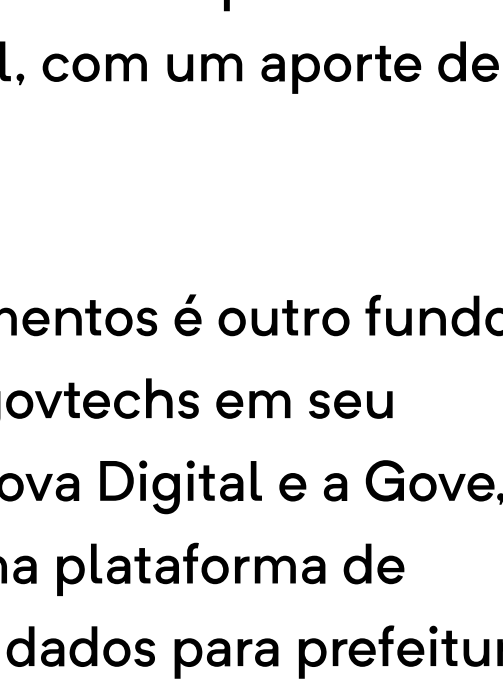


Além de efetivar os pregões digitais pela plataforma facilitamos o entendimento e o match entre a oferta de compra dos municípios e a venda do fornecedor, usando machine learning.

Leonardo Ladeira

Fundador do Portal de Compras Públicas

Em 2019, a Cedro Capital, uma das atuais gestoras do GovTech Fund Brasil, investiu R\$ 2,5 milhões no Portal de Compras Públicas.

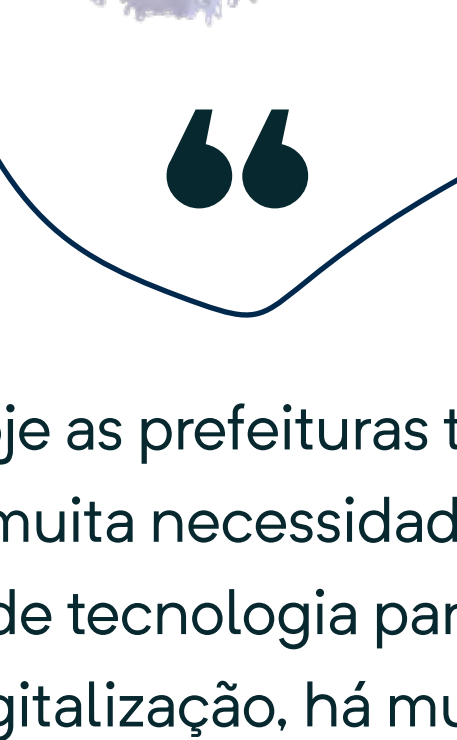


Investimento em govtechs aceleram

Além de anunciar o maior montante de investimentos para govtechs no país, o GovTech Fund Brasil é o segundo fundo mundial neste setor. A Multilaser foi um dos primeiros parceiros a se aliar ao fundo, com um investimento de R\$ 20 milhões. A AgeRio (Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro) é outra cotista do Fundo criado pela KPTL e Cedro Capital, com um aporte de R\$ 7,5 milhões.

Astella Investimentos é outro fundo que tem duas govtechs em seu portfólio, a Aprova Digital e a Gove, que oferece uma plataforma de inteligência de dados para prefeituras.

A [Aprova Digital](#), que recebeu um aporte de R\$ 4 milhões da Astella, é uma plataforma que digitaliza os processos das prefeituras, elimina a necessidade de atendimento presencial e reduz custos da administração pública. A govtech, fundada por **Marco Antonio Zapatta**, vem triplicando de tamanho a cada ano, desde 2020, quando atingiu o break even operacional. Hoje o sistema está em mais de 50 cidades, entre elas São Paulo capital.



Hoje as prefeituras têm muita necessidade de tecnologia para digitalização, há muito mais demanda de soluções do que ofertas.

Marco Antonio Zapatta

CEO e fundador da Aprova Digital

Em 2022, nasceu a [Dome Ventures](#), primeira corporate venture builder govtech do Brasil e que vai investir inicialmente R\$ 10 milhões em startups que possuam soluções de impacto para a gestão pública. Duas startups já foram selecionadas: [Tradenergy](#), plataforma que conecta geradores de energia renovável e sustentável a consumidores; e a [Audit Brasil](#), ferramenta de gestão pública que efetua e valida informações referentes a movimentação de estoques e validação do recolhimento de ICMS pelas Secretarias de Fazenda dos estados brasileiros.

Embora os cheques para startups do setor pareçam ser muito menores do que os dedicados à fintechs, por exemplo, estão em linha com o nível de maturidade das govtechs. Segundo a pesquisa RegTech 2021, a maior fatia delas (45,1%) nasceu entre 2011 e 2015, e 35,3% delas iniciaram suas operações entre 2016 e 2019. Isso explica o fato de que 85% das govtechs mapeadas estejam em fase inicial, com faturamento presumido entre R\$ 360 mil e R\$ 5 milhões, o que indica que elas já faturam, mas ainda não têm escala para atingir faixas superiores.

A [Bright Cities](#), fundada em 2018 por **Raquel Carmadone**, é uma govtech que cresceu impulsionada por duas rodadas de aporte de investidores-anjo. A plataforma, que usa Big Data para gerar dados inteligentes para gestão pública, criou recentemente o selo “Gestão Inteligente de Dados” para reconhecer as cidades que estão monitorando seus indicadores e atuando com base neles para melhorar a performance da gestão pública. Curitiba e Florianópolis estão entre as 20 prefeituras reconhecidas.

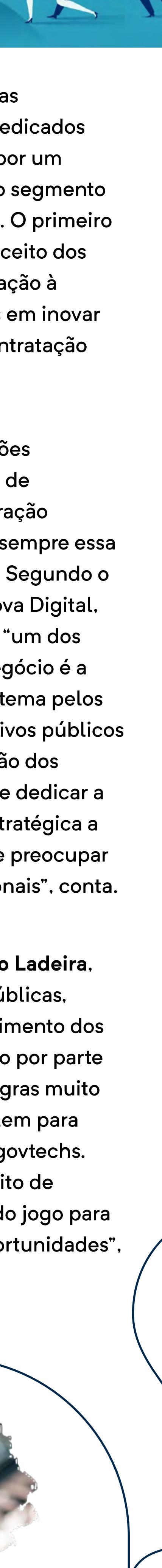


Há dois anos, quase não havia interesse dos fundos de investimento privados em govtechs. Após a pandemia, não só o número de startups tem crescido como também o de investidores de olho nas oportunidades desse setor.

Guilherme Dominguez

CEO BrazilLab

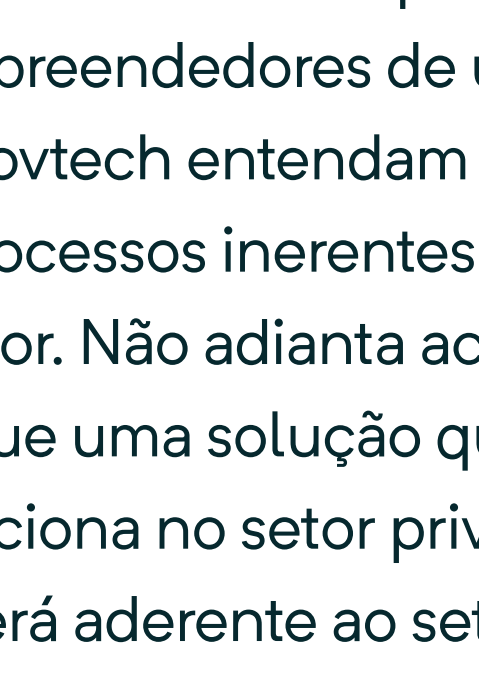
Oportunidades e Desafios



Embora o crescimento das govtechs e dos fundos dedicados a ela estejam passando por um momento de expansão, o segmento enfrenta alguns desafios. O primeiro deles é o próprio preconceito dos empreendedores em relação à resistência dos governos em inovar ou às dificuldades na contratação dos serviços.

Além das novas legislações impulsionarem a quebra de paradigmas na administração pública, na prática nem sempre essa percepção se comprova. Segundo o CEO e fundador da Aprova Digital, **Marco Antonio Zanatta**, “um dos fatores do sucesso do negócio é a boa receptividade do sistema pelos funcionários administrativos públicos já que, com a digitalização dos processos, eles podem se dedicar a pensar de forma mais estratégica a gestão da cidade, sem se preocupar com demandas operacionais”, conta.

De acordo com **Leonardo Ladeira**, do Portal de Compras Públicas, outro desafio é o entendimento dos processos de contratação por parte das startups. “Existem regras muito claras e rígidas e que valem para todos, inclusive para as govtechs. É essencial conhecer o rito de contratação e as regras do jogo para aproveitar melhor as oportunidades”, acredita.



Investir em startups é investir em pessoas. Para isso é essencial que os empreendedores de uma govtech entendam os processos inerentes do setor. Não adianta achar que uma solução que funciona no setor privado será aderente ao setor público.

Fabiano Nagamatsu

Gestor da aceleradora

Osteen Moove

O hub de inovação BrazilLab entende que a conscientização dos dois públicos — empreendedores e gestores públicos — é essencial para fomentar a conexão entre startups e governos. “Temos uma vertical de eventos e de produção de conteúdos para sensibilizar estes dois públicos sobre o tema”, explica **Guilherme Dominguez**.

Para Guilherme, do lado dos empreendedores são dois os principais desafios: o desconhecimento da legislação e a criação de soluções que tenham potencial de escala no setor público. Os principais desafios do lado dos gestores públicos são o desconhecimento da aplicação das novas leis e a necessidade de visão estratégica em transformação digital.

Mas o caminho para uma maior integração e inovação no setor público está aberto.

Texto: Monica Miglio Pedrosa

Design gráfico: Millena Oliveira

Editor-chefe: Dubes Sônego

Fotos: Adobe Stock